

LIVROS ESCOLARES MARANHENSES: LER OU CIVILIZAR?

MARANHENSE SCHOOL BOOKS: READ OR CIVILIZE?

Samuel Luis Velázquez Castellanos¹

<https://orcid.org/0000-0003-0849-348X>

Cesar Augusto Castro²

<https://orcid.org/0000-0001-7650-895X>

Resumo: Neste artigo abordam-se dois livros de leitura escritos por autor maranhense e produzido no Maranhão na Tipografia de Frias no oitocentos; artefatos culturais considerados por nós enquanto manuais de civilidade que foram concebidos, produzidos e postos em circulação, na tentativa de avaliar o seu papel, influência e representatividade na instrução primária no período. Busca-se compreender o lugar de *Aos Meus Meninos* (1874) e de *Almanck de Lembranças Brasileiras* (1862) de Cesar Augusto Marques na província à luz dos pressupostos teórico-metodológicos da História cultural, cruzando-se informações da malha de notícias, disputas e concordâncias ao respeito na imprensa local, nos relatórios dos Presidentes de Província, dos Inspectores da Instrução Pública e dos Delegados Literários, como também nas correspondências trocadas entre autoridades escolares, professores e governo, analisando-se estes livros de leitura como objeto e fonte. Analisar livros de leitura de autores maranhenses como manuais de civilidade pensados, produzidos e postos em circulação nos permite compreender neste exame o tratamento sugerido pelos mentores às regras moralizantes e disciplinadoras tratadas no *corpus* das obras que se sustentam nos códigos de condutas propostos e nos ajustamentos de corpos impostos no intuito de promover o controle das pulsões e das tensões por um *saber ser* e um *saber estar*.

Palavras-chave: Livros de leitura. Livros de civilidade. Instrução pública primária. Maranhão oitocentista.

Abstract: This article discusses two reading books written by an author from Maranhão and produced in Maranhão at Tipografia de Frias in the 19th century; cultural artifacts considered by us as civility manuals that were designed, produced and put into circulation, in an attempt to evaluate their role, influence and representation in primary education in the period. The aim is to understand the place of *Aos Meus Meninos* (1874) and *Almanck de Memonças Brasileiras* (1862) by Cesar Augusto Marques in the province in the light of the theoretical-methodological assumptions of Cultural History, crossing information from the network of news, disputes and agreements on this matter in the local press, in reports from Provincial Presidents, Inspectors of

¹ Universidade Federal do Maranhão. Professor permanente dos Programas de pós-graduação em Educação UFMA e UFPA, São Luís/Maranhão, Brasil. samuel.velazquez@ufma.br

² Universidade Federal do Maranhão. Professor permanente dos Programas de pós-graduação em Educação UFMA e UFPA, São Luís/Maranhão, Brasil. cesar.castro@ufma.br

Public Instruction and Literary Delegates, as well as in correspondence exchanged between school authorities, teachers and the government, analyzing these reading books as object and source. Analyzing reading books by authors from Maranhão as manuals of civility designed, produced and put into circulation allows us to understand in this examination the treatment suggested by the mentors to the moralizing and disciplinary rules treated in the corpus of works that are based on the proposed codes of conduct and the adjustments of bodies imposed with the aim of promoting the control of drives and tensions through knowing how to be and knowing how to be.

Keywords: Reading books. civility books. primary public instruction. nineteenth-century Maranhão

INTRODUÇÃO

Neste artigo procura-se abordar dois livros de leitura escrito por autor maranhense e produzido no Maranhão na Tipografias de Frias no oitocentos. Livros de leitura considerados por nós enquanto manuais de civilidade que foram concebidos, produzidos e postos em circulação, na tentativa de avaliar o seu papel, influência e representatividade na instrução primária. Em *Aos Meus Meninos* (1874) e no *Almanck de Lembranças Brasileiras* (1862) de Cesar Augusto Marques, são identificadas em função da natureza das produções, os conteúdos trabalhados e os métodos implícitos, assim como dos protocolos de leitura utilizados, das indicações de uso e os conteúdos exibidos, o ajustamento dos comportamentos e a disciplinarização dos costumes por meio da imposição de regras de conduta moral e social via ensino do ler; concepções em jogo e formas de organização de textos e imagens que apontam não só para como deve ser o ensino da leitura e o ato de ler, como também o cumprimento de prescrições e normas em função do *deve ser e deve estar*.

Nessa lógica, busca-se compreender o lugar desses livros de leitura no espaço escolar e sua repercussão no ensino maranhense a partir da malha de notícias, disputas e concordâncias referentes a este artefato que se registram na imprensa local, uma vez que manuais de civilidade oriundos de Portugal e Espanha (originais/traduições) coabitam e concorrem com livros de leitura produzidos por autores maranhenses. Utilizam-se neste estudo diversas fontes intermediadas pelos pressupostos teórico-metodológicos da História Cultural, entre elas: jornais maranhenses, relatórios dos Presidentes de Província, dos Inspetores da Instrução Pública e dos Delegados Literários, como também correspondências trocadas entre autoridades escolares, professores e governo, analisando-se como objeto/fonte os dois livros de leitura de Cesar Augusto Marques.

Aos Meus Meninos (1874) e *Almanck de Lembranças Brasileiras* (1862) serão analisados e comparados com livros de civilidade anunciados na imprensa local que denunciam por diferentes vias um consumo cultural no espaço escolar e/ou não escolar (Chartier, 1988). Em função desses dois livros de leitura, segundo a classificação dos autores/tipógrafos e os registros que legitimam sua avaliação nos procedimentos de aprovação, adoção e veto nos dispositivos legais, tentamos estreitar pontos de contato, e operar um alargamento quando se conceituam obras de prescrição de comportamentos, que nos autorize a reconhecer nos livros de leitura de autores maranhenses no

ensino local, manuais de civilidade que se materializam em saberes escolares e a compreender as formas de sociabilidade concretizadas e induzidas por estas obras.

Acreditamos que esta pesquisa trará importantes contribuições para o campo da educação escolar brasileira e maranhense no que se refere aos livros de leitura aprovados, adotados e usados no XIX, para a história da educação em sentido geral e para a história do livro e da leitura no âmbito local e nacional, uma vez que estudos sobre a história do livro de leitura, especificamente no Maranhão, ainda são esparsos. Analisar livros de leitura de autores maranhenses como manuais de civilidade pensados, produzidos e postos em circulação nos espaços escolares nos permite compreender neste exame o tratamento sugerido pelos mentores às regras moralizantes e disciplinadoras tratadas no *corpus* das obras que se sustentam nos códigos de condutas propostos e nos ajustamentos de corpos impostos.

AOS MEUS MENINOS: O NOME BRASILEIRO HOJE FULGURA COM RADIANTE GLORIA NA HISTÓRIA!

Aos Meus Meninos (1874), de César Augusto Marques, dedicada a seu amigo Izidoro Jansen Pereira, foi produzida na tipografia de Frias em 1874 e vendida na Livraria Popular de Magalhães e na Botica Imperial respectivamente. Como livro de leitura concebido, produzido e adotado nas escolas de primeiras letras em todo Maranhão, baseia-se em pequenos contos que valorizam a moral, os bons costumes e os princípios pátrios; textos que oferecem à mocidade assuntos como ciências, artes, história e geografia “e algumas fábulas, bem moralizadas e de exemplo bem frisante” (Marques, 1874, p. I). Esses escritos foram produzidos no intuito que ao término do ato de ler, a criança adquirisse uma “soma de conhecimentos, embora superficiais, porém acomodadas á curteza e á fraqueza de sua inteligência” (Marques, 1874, p. II). Ao ser editada por Magalhães & C.^a e publicada sua 2.^a edição, esse livro de leitura tem ampla divulgação na imprensa maranhense e grande aceitação pelos leitores de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, já que “em pouco tempo esgot[arasse] a [1.^a] edição, [e ao estabelecer-se] o vácuo, foi sentida a falta [dela] e daí em diante aos que a procuravam, aqui e de outras províncias” (Marques, 1874, p. IV) colaboraram para que fossem incluídas no corpo do livro escolar ilustrações na segunda edição.

Os textos curtos e objetivos escritos por Marques (1874), em tese facilitariam a aprendizagem dos alunos em anos iniciais da leitura, estimulariam a compreensão dos conteúdos na garantia de seu entendimento e proporcionariam reflexões para suas vidas em função das breves frases de efeito moral colocadas ao final de cada lição. Textos para crianças em formação leitora, que coincidem com os pressupostos defendidos por Abílio César Borges (1867), no *Segundo Livro de leitura* de sua série graduada.

Essas estratégias didáticas ficam evidenciadas no teor dos anúncios das obras divulgadas pela imprensa regional e nos depoimentos dos próprios autores de livros de leitura, considerados por nós como cultura material da escola. Em 1871, *O Publicador Maranhense*, ao noticiar o 3.^o

Livro de Leitura, do Dr. Abílio Cesar Borges (diretor do Ginásio baiano), já fazia referência ao 1.º e ao 2.º *Livro*. Segundo os comentários, a obra comercializada também na Livraria Magalhães & C^a., já era aceita pelas propriedades das matérias que a compunham, pela boa escolha e estruturação dos escritos, e sobretudo, pela calculada gradação das dificuldades que o aluno ia percorrendo, ao avançar na leitura de cada livro e na passagem de um para outro, discutindo-se como primeira questão levantada na concepção e produção dessa série graduada de leitura o “[...] *ensino ou cultura intellectual dos livros mais próprios á índole dos meninos* [conhecendo-se] de prompto que da infância preparada há de sahir a mocidade esperançosa e, consequencia da mocidade educada os diferentes homes [...] de bem” (O Publicador Maranhense, 1871, p. 3, grifo nosso) entre eles: distintos artistas, homens de letras e de negócios públicos.

Para o Barão de Macaúba, os livros de leitura deveriam ter características bem definidas que apontassem para a diferenciação de práticas, se comparados aos livros de leitura direcionados para leitores com habilidades e capacidades mais desenvolvidas no ato de ler. A singularidade desses livros segundo um público alvo peculiar, deveria apontar para regras específicas, entre elas: 1) ser elaborados com vocabulário familiar aos meninos; 2) que fossem concebidos, escritos e produzidos para o ensino inicial da leitura evitando adaptações e traduções; 3) constitui-los com frases e períodos curtos que garantissem o reconhecimento e a compreensão no desenvolver da lição; 4) que orbitassem em ideias de efeito moral e de civilidade que disciplinaria os comportamentos do pequeno público, conduzindo-o a um “modelo de homem esperado”. Abílio (1867), na intenção de defender seus critérios, critica severamente o *Thesouro de meninos*, de Blanchard³. Para o Barão de Macaúbas (1867, p. VIII), bastaria ler ao acaso um trecho e “[...] compreender-se-ia imediatamente que nem o estylo, nem a linguagem, nem os assumptos, [eram] apropriados para meninos de nove a onze anos”. A seu entender, autores e editores estavam mais preocupados em publicar a obra haja vista a aprovação dos leitores adultos “[...] do que prestar serviço á instrucção da infância” (Borges, 1867, VIII).

Marques (1874), nessa direção, apela também para as ilustrações que ornamentam os registros como artifícios que ajudam na compreensão do texto por ler, na contramão do que acontece n’*O livro do Povo* (1861), de Antonio Marques Rodrigues, considerado como o primeiro livro de leitura no Maranhão na época, embora não pensado nem produzido para o ensino inicial da leitura (Castellanos, 2017). Se neste fenômeno de publicação no império – exortado por muitos legisladores locais e de outras províncias, assim como por jornalistas, intelectuais e professores – (Hallewell, 2005), a visualidade e os registros não se afinam no ato de ler, já que o hiato entre textos e imagens desemprega o papel auxiliador da visualidade na compreensão do escrito; as imagens publicadas em *Aos meus meninos* (1874), estão relacionadas aos assuntos correspondentes e se encontram localizadas do lado esquerdo do texto. Dos 62 temas tratados, só 4.5% computam o intencional uso da visualidade de imagens que corresponde a 4 representações como recurso para o entendimento do tema em foco e para facilitar a compreensão infantil se se consideram as naturais limitações da criança.

³ Pedro Blachard, autor do *Thesouro dos meninos*, obra publicada pela Imprensa Régia e adotada na instrução até as décadas de 1860 ou 1870.

Por outro lado, a aceitação desta obra como livro de leitura e a devida aprovação e indicação registradas nos dispositivos legais mediados por instituições que segurassem sua circulação e consumo, embora estes consentimentos oficiais condicionassem o uso destas obras como livros de leitura ou manuais de prescrições de condutas e ajustamento dos comportamentos; mesmo assim, a aceitação paralela do leitor plural e não oficial mostra suas preferências e liberdades de escolha independentemente das intencionalidades do autor e das artimanhas usadas pelo editor segundo o público alvo a quem foi dirigido, como também impõe práticas específicas segundo o entendimento de quem lê, escolhe e se apropria. No prólogo da segunda edição, os editores de *Aos meus meninos* (1874) afirmaram, que “bem depressa a imprensa jornalística da Província, a illustrada e a bem intencionada, acolhe-a [...]” e que um “respeitavel pai da família” no jornal o Paíz externara seus pensamentos ao registrar, que “si tivessem lido e meditado um minuto que fosse em cada pagina não deixa[ria] de dizer, como agora o [faz] – [que] é um thesouro para a mocidade, e bem andará o pai que o der para ler aos seus filhos” (Magalhães & C^a, 1974), referendando elogios a quem do merecimento da obra.

Em relação aos escritos que trazem ilustrações articulando texto-imagem-contexto, a “ignorância” como tema da primeira história, se mostra no esboço de um senhor com aspecto de mendigo ao lado de um burro e, no fundo, várias crianças lendo. Esta figuração bipartida em dois momentos indicando sentidos contrapostos numa mesma imagem parece induzir ao leitor em formação (quando consiga relacionar escrito/figura) a compreender ambas operações; a afinidade em potencial estabelecida com os livros e o fato de interessar-se pela leitura (Ver figura 1). Estas operações sugeridas por meio da imagem apontam soluções concretas para fugir da estupidez e a introjetar ensinamentos morais e de comportamentos que garantem o ajustamento dos corpos num projeto de civilidade.

Figura 1 - Imagens do livro *Aos meus meninos* (1874).

Fonte: Marques (1874).

A segunda temática visualizada, ao tratar-se da Guerra do Paraguai, o autor coloca a traição bem nítida para os brasileiros e, é trasvestida na imagem de um anjo que toca corneta, carrega uma flâmula com as inscrições “Viva o Brasil” e sobrevoa sobre armas e tambores musicais (Ver figura 1). Ao comentar a batalha, procura com textos curtos mostrar a valentia dos compatriotas contra o ditador Francisco Solano Lopes, tomando-o como exemplo negativo a não ser seguido: “Eis, meus meninos, o prêmio dos malvados: na vida aflições e desgostos e, depois da morte, a execração pública” (Marques, 1874, p. 6). Nesse ímpeto, tons de exclamações pautam a reflexão sobre a guerra, sobre o sentido de ser nacionalista e a relevância de servir como exemplo às gerações futuras: “Que de sacrifícios! Que de heroísmo! Que de atos de bravura e de abnegação então se praticaram! [...] basta só saberdes que o nome brasileiro hoje fulgura com radiante gloria na história dos heróis do mundo” (Marques, 1974, p. 6)⁴.

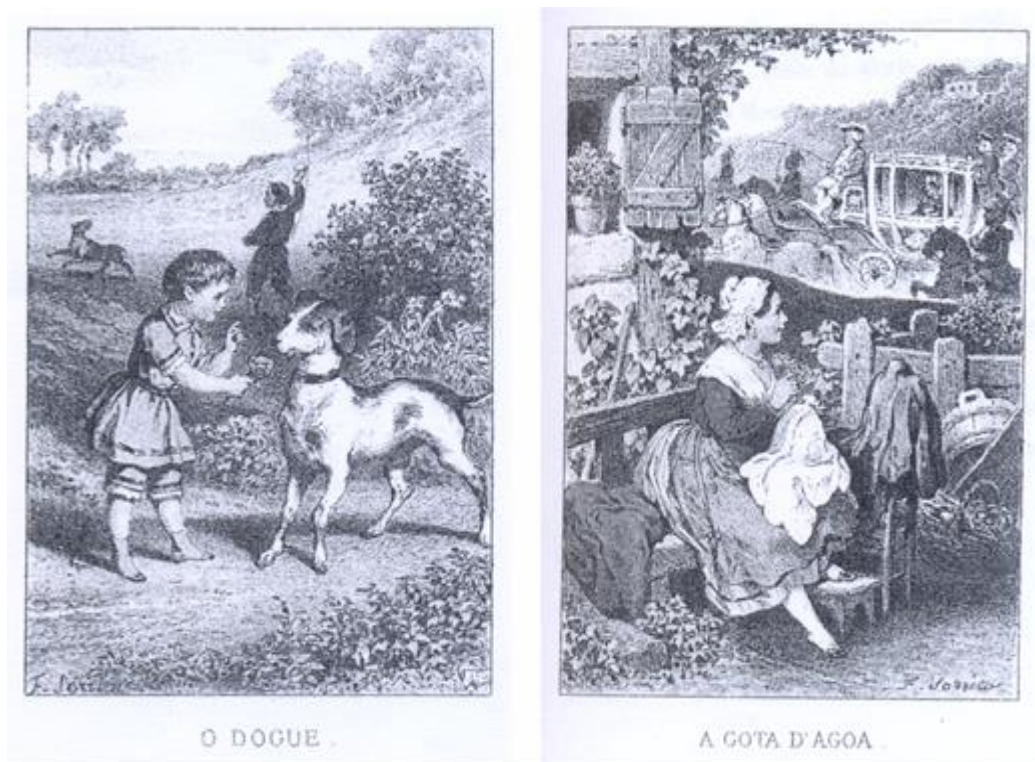
Nesse jogo de textos curtos e palavras familiares do âmbito das crianças, em negação às adaptações e com o uso de algumas imagens que dialogam com os textos e auxiliam na compreensão leitora, tenta operacionalizar no trinômio texto/leitor/leitura direcionamentos de condutas e ajustamentos de corpos via conselhos intermitentes que induzissem à ação de disciplinar no devir do ato de ler; exceto quando aborda assuntos que fazem referência à divisão geopolítica do país. Nas biografias incluídas não só destaca a bravura de Ana Nery como exemplo de mulher a ser seguida pelas “minhas queridas meninas” (p. 14), como também exalta a Gonçalves Dias (como modelo masculino a ser imitado pelos pequenos leitores) devendo-se proceder como

⁴ Segundo Marques foram 5466 bravos maranhenses para essa “luta gloriosa”.

ele: “[...] estudando muito e como ele alcan[çar] na vida bonita posição e depois de vossa morte muita saudade e muito boa fama” (Marques, 1874, p. 28).

Na terceira tentativa de se conjugar o escrito com a imagem, se retratam dois meninos: um deles carinhosamente tratando um “Dogue” e, ao fundo, um outro apedrejando um cão (Ver figura 2). Ao abordarem-se diferentes formas de lidar com a natureza, com os animais e com as pessoas, a história parece introjetar na visualidade da imagem aspectos de civilidade que apontam para a disciplinarização via leitura e a pretensão de internalizar maneiras de ser e modos de estar numa nação que se pretendia civilizada e progressista; práticas internalizadas gradativamente nas diversas situações de leitura e nos singulares atos de ler escolares e não escolares (Chartier, 1988). Em outras palavras, a mesma substancia animal com tratamentos diferenciados por dois sujeitos de naturezas distintas num mesmo contexto, apontam para indicativos de comportamentos polarizados que denuncia tensões entre o bem e o mal; diversas maneiras de ser e de estar no mundo que significam representações discordantes que se alternam segundo a economia psíquica das funções (Elias, 1994).

Figura 2 - Imagens do livro *Aos meus meninos* (1874).



Fonte: Marques (1874).

O conto *A gota d’água* como último recurso de articular-se os escritos com a representação que se faz de ele, seja semântica, gráfica ou imagética, aborda a transição duma gota de chuva e

das suas possibilidades de sonhar antes de cair ao mar como metáfora (Ver figura 2). A gota em início engolida por uma ostra obscura, resgatada depois por um nadador quando se metamorfoseia em pérola, e ao final da história fazendo parte do diadema de um poderoso Monarca como ornamento, constituem as facetas de sua sorte ou seu destino. Caminho marcado por etapas, possivelmente apontando para a infância, a adolescência e a maturidade da mulher, uma vez que a imagem que referencia o escrito, traz uma simples moça que na medida em que borda no quintal de sua casa, observa a passagem de uma carruagem acompanhada de vários cavaleiros uniformizados; visualidade que marca as diferenças sociais, políticas e culturais num determinado contexto, sejam as clivagens sociais entre militares e campesinato que marcam posições políticas e o exercício das funções num dado contexto, sejam os limites impostos entre homem e mulher. Nesse sentido, interpretando a relação intencional do autor entre texto e imagem e as projeções desse diálogo, o papel da mulher como vigilante da honra e dona do lar na espera de um milagre (– casar-se!) rondam o texto, a leitura e o leitor no ato de ler.

A ti, virgem sem nome, filha do pobre, que no cadinho da desgraça fortaleces tua alma, e que tens apenas o fruto do teu trabalho sem descanso, coragem! Na terra todos tem seu dia. Nas ondas d’este mundo, onde vives solitária, como a gota d’água, um dia também serás preciosas (Marques, 1974, p. 114)

Na dimensão do feminino, dos sessenta contos que contém a obra, três nos chamaram a atenção por não estar assinados por ele. Assuntos atinentes às mulheres como a *Mãe de família*, *Enfeites muito lindos* e *As melhores mestras* (do qual transcrevemos um trecho) são escritos por Gracia Hermelinda da Cunha Mattos; filha do Marechal Raimundo José da Cunha Mattos (autor de vários livros históricos sobre o Brasil e um dos fundadores do IHGB). Escritora que teve uma vida muito curta, falecendo provavelmente aos 19 anos, em 1838, no Rio de Janeiro, o que ocasionara pela dor da saudade a morte do seu pai, em 1839. Gracia, segundo Marques (1974) havia publicado “várias máximas e pensamentos cheios de filosofia e da mais sã moral” em vários jornais da Corte⁵.

Segundo Gracia na obra de Marques (1974, p. 107).

As mães devem ser as melhores mestras de suas filhas, dando-lhes exemplos de virtudes e educando-as debaixo dos seus olhos, evitando a leitura de obras imorais, histórias de feiticeira, duendes, encantamentos e almas de outro mundo, explicandolhes o sentido dos contos fabulosos e das novelas recreativas, que debaixo de nomes supostos e aventuras impraticáveis muito concorrem para a civilização da mocidade.

Concomitante à adaptação dos padrões de cortesia a partir dos finais do século XVIII, mas, sobretudo durante os séculos XIX e XX, o gênero literário consagrado às boas maneiras e comportamentos, assim como as alterações nos papéis e funções sociais ganham mais força pelo aumento no número de alfabetizados e o crescimento da indústria editorial, que tornam popular uma série de guias cujo propósito final é estabelecer regras e modelos de sociabilidade e condutas

⁵ Revista Trimestral de História e Geografia do jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Tipografia Ass. do Despertador, 1839. p. 271.

mais específicas, como por exemplo, a normalização dos procedimentos femininos (Schwarcz, 1997) via ato de ler e implícitas no ensino da leitura. Nesse sentido, se outrora os preceitos de comportamentos para mulheres consistiam em alguns detalhes acerca de modas e maneiras corretas de abordagens, se observa no XIX, a presença cada vez maior de leituras prescritivas de comportamentos a elas direcionados e guias de condutas, dentre as quais se destaca o *Thesouro das meninas*, ou lições de uma mãe a sua filha acerca dos bons costumes e da religião, devidamente autorizado e com admiráveis exemplos de José Ignácio Roquette (1854).

Isto pode ser indicativo de uma explicação plausível se consideramos, que as produções escolares atenderam a certas exigências da instrução, entre elas: as formas de ensino, a natureza da apreensão do conhecimento, as diferentes concepções em jogo, as regras de conduta e o ajuste dos comportamentos; conjunto de proposições ligadas logicamente entre si (por meio da escrita, de símbolos ou de figuras) que podem possuir referentes comuns. Indicadores de uma dada prática “[...] por meio dos objetos culturais em determinado contexto escolar, que permitem perceber como os projetos sociais e pedagógicos de educação foram construídos e as especificidades internas das políticas, dos próprios projetos e das referentes práticas” (Castellanos, 2020, p. 13). Mas, por outro lado, neste fabrico e projeção de exemplares destinados à leitura, múltiplos recursos materiais e/ou humanos incidem na produção, independentemente das abrangências de quem escreve, das visões de mundo que defenda e das finalidades concebidas: “quem tem escripto e dado a luz os seus trabalhos é o único capaz de bem julgar as dificuldades com que se lucha nas impressões (Marques, 1862, Errata).

Para Borges (1867) a concepção da escrita e da produção do livro de leitura para o ensino das primeiras letras com assuntos nacionais se constituía noutro impedimento mediado pelas dificuldades enfrentadas na sua elaboração e no ajustamento do estilo dos autores para as peculiaridades de um público singular. O Barão de Macaúbas declarava que a concretização de “um livro próprio para leitura de creanças [era] cousa difficillima de fazer-se; [era um empreendimento] muito mais difficil do que [se] figurava [...] (Borges, 1867, p. VIII); portanto, desafiava a todo aquele que julgasse a tarefa de escrever livros de leitura para meninos(as) fácil e destemida, a “[...] tentar, somente a título de ensaio, a composição de uma pequena história para creanças, e [que] só com palavras e phrases d’elles conhecidas” (Borges, 1867, p. IX), lhes despertasse o interesse por assuntos naturais, humanos e reais, lhes ajudasse na apreensão dos conteúdos sem a utilização para a escrita de elementos óbvios e ingênuos, e lhes auxiliasse no entendimento do ensino da leitura sem se referirem a histórias maravilhosas e tolas que prejudicavam a curiosidade e a motivação do(a) leitor(a) em formação pelo ensino da leitura (Borges, 1867).

ALMANCK DE LEMBRANÇAS BRASILEIRAS: O INDIFERENTISMO ÀS COISAS DA PÁTRIA.!

O *Almanck de Lembranças Brasileiras*, de César Augusto Marques, publicado também como outro livro de leitura, e dedicado a seu pai Augusto José Marques, não só teve como colaboradora a professora de aulas régias, Maria Firmina dos Reis (a primeira romancista brasileira e maranhense), como também Antonio Gonçalves Dias, Francisco Adolfo de Varnhagem e Gracia Hermelinda da Cunha Mattos, entre outros autores da terra. Segundo Marques (1862, p. II), tinha contado com muitos colaboradores, dos quais, “copia[ra] alguns artigos que [lhes] agradara e receb[ia] outros, mas como seus autores [tinham almejado] conservar o anonimato, respeit[ou] seus desejos, e a todos agradece[u] a honra que [lhes] deram” (Marques, 1862, p. II). Produzido por Frias ao igual que as 1ª, 4ª e 9ª edição d’*O Livro do Povo*, escrita por Antônio Marques Rodrigues (1864, 1865, 1881) e vendido na Livraria Popular de Magalhães e na Botica Imperial⁶ (respectivamente), foi um livro de leitura organizado por autores conhecidos e anônimos.

Para Bittencourt (2004; 2028), as práticas do anonimato com o intercâmbio de obras e de assinaturas entre autores renomeados e anônimos foram combinações usuais desde meados século XIX; práticas comuns que passaram a naturalizar-se: “[...] autores renomados [passaram a assinar] obras feitas por auxiliares desconhecidos, tornando-se uma espécie de marca registrada e, em situação oposta, existiram autores com pseudônimos, escondendo suas identidades” (Bittencourt, 2004, p. 480). Formas de fazer no Oitocentos que constatarem que todo livro escolar (seja ou não de leitura), está histórica e geograficamente determinado e situado, constituindo-se no trajeto de sua produção, divulgação e uso “[...] o produto de um grupo social e de uma determinada época” (Choppin, 2000, p. 116).

Outro uso do pseudônimo ou/e do anonimato foi tomá-lo como artifício de venda, divulgação e consumo; escritores(as) do gênero romance que justificavam essa prática usualmente, em função da coincidência das autorias de obras proibidas com alguns intelectuais de reconhecimento. Autores de grande referência pela repercussão de suas obras literárias no âmbito local e nacional, por exercerem a função de professores(as) – geralmente do Liceu, ou por serem proprietários de escolas particulares, se sentiram impossibilitados de assinar: juristas e políticos, como também mulheres, que preferiram dadas as armaduras conceituais da época esconder suas identidades sem renunciar a seus posicionamentos, mesmo que fosse através de personagens fictícios em obras de entretenimento (Castellanos, 2016; 2017; Chopin, 2000; 2004, Tambara, 2003).

Com respeito a estas últimas (as mulheres) e aos vetos de expressão, o anonimato se constitui em estratégias de publicação, aceitação e consumo que estimulou novas crenças e expectativas dos usos, ao manter certo mistério sobre a obra e sobre a projeção dos textos na plateia leitora. Sujeitos públicos que poderiam ser mal interpretados pelos discípulos e admiradores, já que não se considerava de bom alvitre a escrita de folhetins que tratassem de temas referentes ao amor, às mulheres e às paixões. Dentre as mulheres maranhenses escritoras dedicadas a esse estilo

⁶ Localizada no Largo do Carmo.

de literatura destacam-se Epomina de Oliveira Condurú Serra – que traz a marca de uma das famílias que mais gerou grandes escritores e jornalistas, como seu sobrinho Astolfo Serra –, e Maria Firmina dos Reis, que como redatora d’*O Jardim das Maranhenses* (1861), publica alguns capítulos de sua obra *Úrsula*, sendo impressa em livro posteriormente.

No que se refere aos homens:

Muitos maranhenses se consagraram ao escrever folhetins, cuja atração os jornais soube usar. Nenhum alcançou voo mais alto que João Lisboa ao publicá-los, sobre variados assuntos e de maneira criativa. O conteúdo e o estilo, associados à literatura tem semelhança com a reportagem, em certos aspectos [...]. Outros intelectuais da terra alcançaram sucesso, usando pseudônimos como Gentil Homem de Almeida (Flavio Reimar), Antonio Marques Rodrigues (Abônio), Joaquim Serra (Pietro de Castellamare), Aluísio Azevedo (Vitor Leal), Celso Magalhães (Balcafrio), Coelho Neto, Humberto de Campo, Viriato Correa etc. (Jorge, 2008, p. 162).

Com respeito à configuração do *Almanck de Lembranças Brasileiras* (1862), é um livrinho de bolso formato in 8º. Em suas 365 páginas, o conteúdo se compartimentaliza por dias e meses do ano, se apresentam pequenas simbologias do zodíaco, e a obra está permeada com efemérides, historinhas e poesias de autores-colaboradores sem fugir às regras; passagens que descrevem os principais fatos históricos brasileiros (segundo as datas), desde o descobrimento do Brasil até as peculiaridades do Maranhão, apontando os heróis como exemplo de brasilidade em função de suas ações, comportamentos e fatos. Em pequenos formatos e com linguagem clara conta a história local, ressalta os costumes de seu povo, enaltece os acontecimentos relevantes e descreve suas crenças e tradições; ou seja, na tentativa de dar a conhecer por meio de efemérides comemorativas as memórias e a cultura maranhense, estimula constantemente o sentimento de uma identidade nacional e regional, já que a profunda indiferença, “[...] feição dominante do nosso caráter, fez-nos, sobretudo desprezar o nosso passado, que nunca estudamos e que não conhecemos, e este lamentável esquecimento e desamor foi parte grande nesta nossa falta de sentimento nacional apontada” (Veríssimo, 1890, p. 102). Em outras palavras, o estímulo do autor a escrever este “livrinho” foi a meditação “[...] no indifferentismo tão mal applicado ao estudo das cousas da pátria, [o qual] anoitecia-se-nos de todo o coração, e quase que o desanimo nos subjogava” (Marques, 1962, p. 10).

Figura 3 – Almanaque de Lembranças Brasileiras (1862)



Fonte Marques (1862).

Dedicando-o “à memória de [seu] bom pai e verdadeiro amigo, o Illm. Senr. Augusto José Marques⁷”, oferecia-lhe e consagrava-lhe ao som de um poema de Barauna⁸, “este pequeno monumento de [sua] viva dôr e eterna saudade” (Marques, 1962, Dedicatória), o qual tinha sido escrito por materiais garimpados no arquivo, “[...] para ornar a intelligencia do povo menos lido, para quem escrev[ia], e sempre procura[va] exemplos, que [servissem] d’aviso para o presente e d’advertencia para o futuro” (Marques, 1962, p. 11). Ao se reportar “Aos Leitores”, afirma que essa obra estava sendo publicada a uma boa hora em que saia das “trevas da obscuridade” com o apoio dos que denominava de “verdadeiros jornalistas d’esta Província, [acreditando] na justiça contra tantos cães, que investem contra todos e até ladram à lua” (Marques, 1862, p. 9), deixando explícito nas suas críticas, as disputas políticas presentes entre pessoas e instituições, sendo os jornais espaços privilegiados para o ataque e a defesa.

César Marques, no *Almanaque de Lembranças Brasileiras* (1862), detalha que era “doutor em medicina, membro honorário da Real Sociedade Humanitária do Porto, sócio correspondente da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa, e da Auxiliadora da Indústria Nacional do Rio de Janeiro, etc, etc, etc” (Marques, 1862, p. 1). Embora entenda que essas descrições davam às obras o mérito de conteúdo, já que foram escritas por alguém que tinha respaldo científico, trânsito

⁷ Natural de Caldas da Rainha de Portugal, e falecido em Maranhão a 23 de dezembro de 1857.

⁸ Se là da eternidade. É permitido ouvir-se a voz humana, Se o amor paternal e se amizade tem força soberana, Minha offerta aceita e, alma querida, E o terno coração, Que a vós devendo educação e vida, Vos rende adoração.

nacional e internacional, o que em certa medida poderia justificar a sua adoção pelas Inspetorias ou pelos Conselhos da Instrução Pública; estas credenciais não foram suficientes para que a obra, ainda a pedido de seu autor, fosse adotada no ensino maranhense: “Livros escolares e leituras aparentemente vetados, seja pela cultura livresca [...], seja pela imprensa jornalística motivada por interesses políticos, em detrimento da instrução (Castellanos, 2022b. p. 14). Contudo, apesar de César Marques (1862) insistir no mérito do livro de leitura, exaltando as características discursivas, a adequação ao nível intelectual do público em formação leitora, e que era uma coleção escolhida de diversos “[...] factos do Brasil [...]”; não há indícios de que a obra fosse adotada e sua aprovação ficou limitada à falta de recursos econômicos (Corrêa, 2006): obra “[...] dividid[a] em leituras pequenas e agradáveis para todos os dias do anno, escriptas em linguagem apropriada á acanhada intelligencia dos meninos, e aptas a desenvolver nêlles o gosto pelo estudo da história Patria” (Marques *apud* Corrêa, 2006, p. 75).

Da mesma forma, na visão de Ariès (2006, p. 247), mesmo que “o tratado de civilidade erasmiano não [fosse] um livro escolar [propriamente dito; essa obra] satisfazia uma necessidade mais rigorosa do que a mixórdia dos antigos livros de cortesia”, uma vez que os processos de escolarização fizeram com que este manual de civilidade fosse associado ao ensino de crianças pequenas, que aprendiam por ele as primeiras lições de leitura. O texto de Erasmo “visava sobretudo sensibilizar as crianças para um código geral de sociabilidade” (Revel, 1996, p. 181), tendo por finalidade aproximar a criança desde cedo às práticas da civilidade, mais que a preocupação de cunho pedagógico de aprendizagem das letras. Os livros de leitura de autores maranhenses no século XIX, na contramão, para além de sua função primeira no plano didático com o ensino das letras e da leitura, parecem apontar para certos interesses e privilégios que emergem nas práticas de sociabilidade e nas novas representações que derivam dos assuntos tratados, das conceituações em foco e das imposições de regras.

A civilidade é mais do que uma disciplina. É uma modalidade de inter-relação e de interpelação do indivíduo com o social e consigo mesmo, uma vez que referencia comportamentos, atitudes e valores que precisam ser seguidos e praticados numa “boa sociedade”; semântica não casuística que deve ser analisada na longa duração (Chartier, 1988). Por outro lado, a diferença estabelecida na nomenclatura em uso para esses manuais, seja de civilidade no domínio de Portugal (pela influência francesa), seja de urbanidade no âmbito da Espanha, parece apontar para diferentes necessidades na geopolítica de ambos países (Castellanos, 2022a).

A civilidade no caso português, parece ter incorporado a projeção francófona que gira em torno das tensões imanentes entre o civil e o religioso que se impõem com o controle do estado na França. A urbanidade no âmbito da Espanha aponta para as mudanças de hábitos que se tencionam entre o urbano e o rural para se conviver em coletividade; embora esta ideia de civilidade defendida por Jean-Baptiste de la Salle, anteceda o conceito de urbanidade, já registrado na Constituição de

Cádiz (também conhecida por Constituição Espanhola de 1812 ou La Pepa) no intuito de se mudarem os hábitos de higiene em Espanha⁹.

Nesse sentido, o radical de humanismo no período moderno, que advém dos lugares comuns de Erasmo (Prévost, 1840) e de sua difundida civilidade, do Catecismo de Lútero e Melancton são componentes eruditos da cultura e do ser humano (Huizinga, 1970); mas não transversalmente ao ser humano construído, uma vez que *Os Costumes* de Montesquieu, a *Civilidade Cristã* de Jean-Baptiste de la Salle e *O civilizacional* de Voltaire já trazem a primeira ideia de civilização no século XVIII (Huizinga, 1970, Roterdao, 1978). A defesa do individual neste século e a tensão do humano entre o social e o individual, giram em torno da ideia de autogoverno que não é linista nem instintiva, constituindo-se num elo vital e necessário para o processo civilizacional controlado por regras que formem o cidadão via instrução, especificamente, por meio de livros de leitura, da escola como espaço de restrição, controle e normas, e do ensino da leitura para quem não sabe ler.

Neste debate, a justaposição entre o método regressivo defendido por Rousseau (2014), na procura da noção de parcimônia em civilizações de referência como a Grega – designadamente Esparta –, que poderia apontar para pistas sobre a gradual degeneração da sociedade até o século XVII; e o posicionamento contrário de Kant (2004), ao promulgar que a história não é inquerito entre civilizações, quando argumenta na contramão de Rousseau, que é mais importante identificar os aspectos que melhoraram o social quando se referencia a ética, a estética e a moral, que tentar compreender como a civilização chegou a degenerar-se até século VII num revisionismo em retrospectiva, é indicativo de mudanças de concepções. Mudanças de posturas! Mudanças nas estruturas psíquicas dos indivíduos ou nas formas de se pensar com respeito à civilização, à civilidade, à instrução e à educação, considerando o homem como construto dessas compreensões materializadas na expressão dos comportamentos, das condutas e dos valores, para além da forma religiosa defendida por Jean Baptiste em *Civilidade cristã* (Huizinga, 1970; Prévost, 1840). Em outras palavras, a tensão entre o que passou e como chegamos aqui (inquirido por Rousseau), e em que melhoramos até hoje (indagado por Kant), parece se constituir nas duas partes de um mesmo problema: a formação do cidadão e o que se entende como tal.

Esta problemática ganha outra dimensão e uma nova dinâmica se se considera no âmbito da esfera pública (Habermas, 2002) e, se a escola se reconhece como campo de formação instrutiva e educativa via livros de leitura, onde acontece o simulacro dessa esfera pública; análise da instituição escolar que por meio de um corpo documental que a referencia como espaço de formação educativa via prescrições, normas e dispositivos legais, concretizada na apropriação de comportamentos a seguir e nas condutas a inculcar via livros de leitura, no ensino da leitura e na formação do leitor em diversas situações de leitura, permite perceber-se nela o simulacro do social (Habermas, 2002), que se revela como uma pro-esfera pública que mantém uma idiosincrasia entre a escola e a vida, entre a vivencia interna e externa: a leitura de si, a leitura dos outros e a leitura de mundo (Habermas, 2002; Chartier, 2004; Escolano Benito, 1997). Interação e tensão

⁹ Aprovada a 18 de Março de 1812, pelas Cortes Gerais Extraordinárias reunidas na cidade de Cádiz. Foi o primeiro documento constitucional aprovado na Península Ibérica e um dos primeiros no Mundo.

entre o social e o individual que se dá no próprio indivíduo e na autoregulação pelas regras do bom tom e do bem viver que aparecem nas histórias intencionalmente construídas, publicadas e projetadas nos livros de leitura, da arte de agradar no conversar visando a esfera do civil, a esfera educativa e a própria sala de aula via o ensino da leitura e sua materialização no ato de ler (Escolano Benito, 1997).

Este binômio entre o social e o individual nascido do ideal do Iluminismo, embora coloque o *conhecer* e o *dever* como princípios do conhecimento segundo Kant (1996); por si só não dita autogoverno, mesmo que se paute a ideia de dever (Elias, 1994). Este primado do contrato social do século XVIII defendido por Rousseau (2005), que na situação americana (via os livros de Pica) se considera a relevância da justiça como meio de regulação mediada pelos inqueritos, os procuradores e o tribunal; quando se faz referência ao desenvolvimento do patriotismo e da urbanidade/civilidade, ideal defendido no século XIX como modelo mais acabado e cívico que o século anterior, se concebe outro conceito de cidadão por meio do livro de leitura e das situações de leitura que se conjugam no ato de ler, como fruto desse contrato social, tentando-se regular os indivíduos pela escola como espaço especificamente educativo, e formar cidadãos integrados segundo a defesa de Condorcet (Chartier, 2004).

Na transição do século XIX ao XX o foco no social, no individual e no humano se nutre do pensamento positivista e da psicologia. Por outro lado, os aportes da sociologia em curso (no XIX) pelas contribuições de Durkheim (1971) com o método sociológico insistindo no tratamento dos fatos sociais como coisas e com a sociologia de um gênio de Elias (1995), também colaboram para a análise de como se dá a materialidade deste social a partir de leis sociais; a coisificação do humano via regras, normas e prescrições de forma mais moderada no âmbito escolar em função dos livros de leitura e das situações de leitura que convergem no ato de ler, de aprender e de ser. “A força da representação que incide na credibilidade e na adesão social” (Castellanos; Santos, 2024, p. 8). Concepções do humano que se alargam com a Primeira Guerra Mundial, sendo necessário ir mais longe às concepções proferidas, tendo-se em conta a noção de povos iguais e o compartilhamento de traços comuns por meio de uma educação sistemática que trabalhe a virtualidade do humano; ou seja, que redefina novas maneiras de agir no processo civilizatório em construção pela cidadania que visem patriotismo e urbanidade, o nacional e a civilidade, seguindo a sociedade, a humanidade e a pessoalidade que possam sustentar a adjetivação do homem em oposição ao individualismo. “Subjetividades criadas a partir de experiências individuais e coletivas; diversas percepções e memórias, assim como diferentes prioridades [no] domínio de uma história sensorial [...]” (Castellanos; Farias, 2024, p. 18).

A proclamação dos direitos humanos e dos direitos da criança como convenções do século XX se sobrepõem de forma transversal às religiões, por meio da formação dos sujeitos na escola, seja para o convívio em sociedade e/ou para a preparação para o trabalho, seja para o alcance da autonomia via o conhecimento. Desde o ponto de vista epistemológico, o papel do estado e da escola na cultura escolar é foco de investigações e se torna eixo central o lugar destas instituições. Nesse sentido, a escola se compreende como o lugar coletivo das regras e das intencionalidades

formativas enquanto instituição formuladora e sedimentadora de hábitos por meio de regras e ícones que induzam a o cívico, à humanidade e ao saber estar e ser via livros de leitura e leitura de outros textos que se concretizem no ato de ler.

CONCLUSÃO

Falar de livros de leitura como manuais de civildade que fazem parte da cultura material das escolas no século XIX, é considerar tanto as formas de concepção, produção, distribuição e consumo destes artefatos, como também colocar no centro da discussão, a materialidade das obras que os dão a ler ou a configuração textual do registro, ao fazer-se referencia aos protocolos de leitura, à seleção e divisão dos conteúdos, ao uso da visualidade para garantir a função dialógica entre texto/imagens para uma melhor compreensão do que se lê, à qualidade do papel em uso e os tipos de caracteres acionados, embora ter em conta as diferenças das práticas de leitura pretensamente implícitas nas indicações de sua utilização via prescrições e no tratamento singular a quem são dirigidos seja necessário. Correlativamente ao trabalho de campo, se preparou uma estrutura analítica e um marco conceptual para prosseguir o desenvolvimento de um campo epistémico centrado na civildade como educação e domínio escolar via livros de leitura e atos de ler. O cruzamento de referências no plano teórico e de livros de leitura considerados como manuais de urbanidade, traz a civildade para o núcleo da cultura escolar como (in)formação e disciplina, perfazendo a componente axiológica da escola laica e dando substância e sentido à relação entre escola e sociedade. É esta problemática que no propusemos desenvolver.

Analisar os livros de leitura de autores maranhenses como objeto e como fonte, ao mesmo tempo em que nos permite considera-los como manuais de civildade ou tratados de conduta, como literatura de civildade ou obras de prescrição de comportamentos e, mesmo, como livros de urbanidade, já que temas específicos sustentados no controle e nas estratégias de imposição do permitido em lei que se derivam de armaduras conceituais conectadas à teia de significados construída por indivíduos e instituições em temporalidade específicas; também nos ajuda a alargar o conceito de livro de leitura como cultura material escolar, já que mesmo mantendo esta função pedagógica de primeira ordem (que é o ensino do ler), de forma sutil, camuflada e fingida via leitura de histórias e contos, via metáforas, fabulas e poesias, pretendem em sua totalidade como obras escolares ou como repertorio de códigos permissíveis, a formação do sujeito escolar num ideal de homem, de sociedade e de pais criado de forma intencional, no intuito de legitimar uma identidade em função da civildade, da ordem e o progresso.

Idiosincrasia estabelecida na escola e fora dela via livros de leitura que desempenha sobre o comportamento dos escolares um olhar dirigido, exercitado e verificado; saber escolar que se dá pelo suporte da disciplina como rubrica concretizada nos livros de leitura e nas intencionalidades implícitas de estas obras serem dadas a ler em diferentes estilos e gênero do escrito, como por exemplo, os contos e as fábulas, os adágios e os modos de estar. Nessa perspectiva, *o conhecer como dever* se concretiza no livro de leitura considerado como catecismo cívico, no qual aspectos cívicos foram glosados; como também glosas de *compêndios de civildade* não catequéticos que

recopilam nos seus conteúdos a própria vida: a civilidade concebida como termos e aspectos de um lugar comum.

Esta civilidade parece ganhar importância detrás de um lugar comum, como se pode apreciar nas 30 invariantes delimitadas por Freinet para ordenar um coletivo (Ibernón, 2012), nas quais, a convivialidade, a autonomia, o trabalho coletivo e a cooperação são preponderantes para uma pedagogia que não só se sustente na instrução como também na educação, não só nas matérias (denominação do século XIX) ou nas disciplinas de base (século XX), como também naqueles conteúdos que apresentem um teor cívico e de formação integral do humano, tendo em conta a interdependência implícita no equilíbrio de tensões estabelecido na configuração social da qual faz parte o sujeito.

Nessa lógica, a composição dos livros de leitura como manuais de civilidade e os argumentos em uso na escola, considerando-se esta como lugar de instrução pela mediação das disciplinas básicas, ou como instituição que instaura a civilidade via educação e processos formativos, são conversões do espaço escolar que sedimentam o hábito institucional que reflete no homem uma episteme representada nos próprios livros de leitura, os quais se sustentam em intencionalidades específicas e na formação de uma cultura escolar mediada por estratégias de imposição e por argumentos de toda ordem.

Sem embargo, embora o modelo polemológico defendido por Certeau (1995) nos autorize a defender, que mesmo nas relações de poder imanentes nestes livros de leitura por quem os concebe, aprova, indica, autoriza e/ou veta enquanto estratégias impostas; as táticas de apropriação contrárias, sejam dos professores com respeito às normas, prescrições e o poder instituído, seja dos alunos diante das imposições dos professores no trabalho pedagógico, se desvirtuam numa criatividade constante que varia de lugar para lugar, de instituição para instituição, e de sujeito para sujeito. Dialética que aponta para a tensão constante entre o imposto e o apropriado numa inventividade do *vir-a-ser*, mesmo que de forma sub-reptícia. Dinâmica e movimento que mantêm transversalmente a pergunta bourdieriana que nos permite investigar verticalmente estas relações; isto é: o que fazem os diferentes sujeitos com o mesmo objeto que lhes foi imposto? (Bourdieu, 2007; 2011). Só a partir desse inquérito e das mediações equacionadas pelo historiador e pesquisador, se podem compreender a história das práticas nas suas diferenças numa perspectiva da história cultural como abordagem teórico-metodológica que marca a diferenciação; ou seja, as desigualdades nessas práticas.

*Agradecimentos à FAPEMA pelo apoio a esta pesquisa

LIVROS ESCOLARES CONSULTADOS

MARQUES, César Augusto. **Aos meus meninos**. 2. ed. São Luis: Livraria Popular de Magalhães, 1874.

MARQUES, César Augusto. **Almanaque de Lembranças Brasileiras**. Livr. Pop. Magalhães, 1862.

RODRIGUES, Antonio Marques. **O livro do povo**. 9. ed. Maranhão: Typ. Frias, 1881.

ROQUETTE, J. I. **Código do Bom Tom**. Paris: J. P. Aillaud, Guillard e C^a, 185467.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e saber escolar: 1810-1910**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Editors and authors of compendia and reading books (1810 – 1910)**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 475 – 491, set/dez. 2004.

BORGES, Abílio César. *Segundo Livro de Leitura para o uso da infância brasileira*. Paris: Vva J. – P. Aillaud, Guillard e C^a, 1867.

Bourdieu, Pierre. O ofício do sociólogo. In: Bourdieu, Pierre; Chartier, Roger. **O Sociólogo e o historiador**. Belo Horizonte: Autentica editora, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **La distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez; Santos, Jarina Santos. Circulação do livro escolar na imprensa local (1840-1940): O Paiz, Publicador Maranhense e Pacotilha. Pro-Posições Campinas, SP, V. 35, e2024c0503BR, 2024. <http://dx.doi.org/10.1590/1980-6248-2021-0104BR>

CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez; FARIAS, Cláudio. M. P. A cultura material escolar nas instituições públicas de ensino primário do Maranhão (1843 - 1870). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 24, p. 1-24, 2024. <https://doi.org/10.4025/rbhe.v24.2024.e310>

CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez. Childhood of the artificer apprentices in Maranhão Empire (1841-1899). **Paedagogica Historica**, v. 6, p. 1-17, 2022a. <https://doi.org/10.1080/00309230.2021.1979054>

CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez. Leitores deslegitimados, leituras anônimas e livros de leituras de autores maranhenses na imprensa local (1822-1889). **Revista Brasileira de Alfabetização**, (2022b). (18). <https://doi.org/10.47249/rba2022664>

CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez. A cultura material escolar na instrução na instrução primária no Maranhão oitocentista. **Educar em Revista**, Curitiba, v.36, p.1-21, 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.71156>

CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez. O livro escolar no Maranhão Império (1822-1889). São Luís: EDUFMA; Café & Lápis, 2017.

CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez. A circulação do “livro de classe” francês no Maranhão Império. In: CASTELLANOS, S; CASTRO, C. (org.). Livro, leitura e leitor: perspectiva histórica. São Luís: Café & Lápis; EDUFMA, 2016.

CHARTIER, Roger. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. SP: UNESP, 2004.

CHARTIER, Roger. **História cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1988.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**. v. 30, n. 33, p. 549 – 566, 2004.

CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. **Revista História da Educação**. Pelotas: Editora da UFPel, 2002. p. 5-24.

CORRÊA, Carlos H. A. **Circuito do livro escolar**: elementos para a compreensão de seu funcionamento no contexto educacional amazonense (1852 – 1910). 2006. 240 f. Tese (Doutorado em educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, SP, 2006.

DE CERTEAU, Michel. **A cultura no plural**. São Paulo: Papyrus, 1995.

DURKHEIM, Émile. As regras do método científico. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

ELIAS, Nibert. Mozart: **A sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

ELIAS, Nibert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ESCOLANO BENITO, Agustín (dir.). **História ilustrada del libro escolar em Espanha**. Del Antigo Regime a la Segunda República. Madrid: Fundação Germán Sánchez Ruipérez, 1997.

HABERMAS, Jüngers. **Agir comunicativo e razão descentralizada**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**: sua história. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

HUIZINGA, Johan. **Erasmus**. Lisboa: Portugalia Editora, 1970.

IBERNÓN, Francisco. **Pedagogia Freinet**: a atualidade das invariantes pedagógicas. Lisboa: Editora Penso, 2012.

JORGE, Sebastião. **A imprensa do Maranhão no Século XIX (1821-1900)**. São Luís: Lthograf, 2008.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos costumes e outros escritos**. São Paulo, Martin Claret, 2004.

KANT, Immanuel. **Sobre a pedagogia**. Editora Unimep: Piracicaba, 1996. p. 114.

PRÉVOST. **Elementos de civilidade e da decência que se pratica entre a gente bem criada**. Lisboa: Typ. De José Baptista Morando, 1840.

REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ROTerdão, E. **A Civilidade Pueril**. Lisboa, Portugal: editorial estampa, 1978.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou Da Educação**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

SCHWARCZ, L. M. Introdução. In: ROQUETTE, J. I. **Código do Bom-Tom ou regra da civilidade e de bem viver no século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

VERISSIMO, José. **A educação nacional**. Pará: Editores Tavares Cardoso, 1890.

TAMBARA, Elomar. Textos de leitura nas escolas de ensino elementar no século XIX no Brasil. In: PERES, Eliane; TAMBARA, Elomar (Org.). *Livros escolares e ensino da leitura e da escrita no Brasil (séculos XIX – XX)*. Pelotas: Seiva, 2003.

JORNAIS

O Publicador Maranhense (1871, n. 202, p. 3, grifo meu).

Recebido em: 29 de junho de 2024
Aprovado em: 27 de agosto de 2024